



COMISSÃO DE DIREITO E DEFESA DA MULHER
REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Dra Sra. Erika Hilton)

Apresentação: 18/04/2023 11:28:40.680 - CMULHER

REQ n.26/2023

Requer aprovação de moção de solidariedade à Mandata Coletiva Pretas por Salvador.

Senhora Presidente, requiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada Moção de Solidariedade à Mandata Coletiva Pretas por Salvador, vítimas de violência política de gênero por seus pares na Câmara Municipal de Salvador, nos seguintes termos:

"A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados presta solidariedade à Mandata Coletiva Pretas Por Salvador, e lamenta profundamente a violência política de gênero e racial que ocorreu durante Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salvador, por parte de outros vereadores da casa legislativa. A Comissão demonstra seu apoio e solidariedade à mandata Pretas Por Salvador, na tentativa de que casos como este não mais se repitam e sejam repudiados."

Justificativa

No dia 03 de abril de 2023, durante a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Salvador, a co-vereadora Cleide Coutinho sofreu violência política de gênero, racismo e misoginia por parte de outros vereadores da casa legislativa. A situação foi incitada pelo vereador Henrique Carballal (PDT), que pediu à sua assessora que



ficasse sentada na cadeira destinada a parlamentares fazendo chacota e incitando outros vereadores a invocar o regimento.

Com o objetivo de violentar a co-vereadora, o parlamentar que presidiu a sessão, que na oportunidade não era o então presidente da casa, mas o 1º secretário Isnard Araújo (PL), convocou a assistência militar para a retirada da co-vereadora, alegando sequer saber o nome das “senhoras” que estavam prestes a serem retiradas. Salienta-se que a co-vereadora estava sentada na cadeira destinada a Mandata e em momento algum buscou prejudicar o andamento da sessão. Durante o ocorrido outros vereadores também se pronunciaram na tribuna hostilizando a co-vereadora eleita. Importante ressaltar que a co-vereadora Cleide Coutinho já ocupa o espaço do plenário desde que a mandata coletiva tomou posse, em janeiro de 2021, e somente agora tem tido sua posição questionada, de forma violenta, por homens brancos.

Na sessão Sessão Ordinária ocorrida do dia 10 de abril de 2023, foi realizada a leitura de uma carta da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salvador, com duras críticas à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em especial a Comissão de Mulheres da referida Casa, por ter recebido a Mandata Coletiva em uma reunião, na qual foram narradas as violências sofridas pelas co-vereadoras e, na oportunidade, as deputadas tiraram encaminhamentos para combatê-las. No momento em que a Co-vereadora Laina Crisóstomo iria realizar a sua fala no púlpito do plenário, respondendo a críticas contidas na referida carta, um vereador da bancada do governo solicitou contagem de quórum o que levou à derrubada da sessão, por se restar insuficiente, não foi possível realizar sua fala na tribuna.

Os mandatos coletivos são reconhecidos como formações eleitorais legítimas pelo Tribunal Superior Eleitoral, tendo sido uma inovação importante no sistema político brasileiro. A cada eleição surgem mais mandatos e mandatas coletivos, no Brasil existem 28 mandatos coletivos. A Mandata Coletiva Pretas por Salvador é fruto da luta de mulheres negras, de movimentos sociais feministas, da luta por moradia e das religiões de matriz africana, ocupando o espaço político com compromisso com as lutas sociais. Foi eleita pelo povo de Salvador justamente por representar um projeto coletivo de ocupação do espaço político por mulheres negras. A ocupação de poder por mulheres negras, sob o formato do mandato coletivo é uma estratégia para um sistema político que se mostra adoeceador e violento para esses corpos, a exemplo do assassinato da vereadora Marielle Franco.



A violência política de gênero causa a sub-representação de mulheres na política, pois torna os espaços de poder e tomada de decisão quase inacessíveis para mulheres, especialmente mulheres negras, indígenas e LBTs. Por isso, o presente requerimento serve para que a Câmara dos Deputados, por meio desta Comissão, externar sua solidariedade e total apoio a Mandata Coletiva Pretas por Salvador, eleita democraticamente para exercer o seu direito político, que representa democracia participativa e representativa.

Sala das Comissões, de abril de 2023.

Deputada Erika Hilton- PSOL/SP

